

INFORMATIVO SEMANAL DA **CACB** SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, TRIBUTÁRIOS E POLÍTICOS DE INTERESSE DO SETOR PRIVADO BRASILEIRO E DE UTILIDADE GERENCIAL

DATA: 04/03/2004

ANO II - Nº. 038

AS RECOMENDAÇÕES DE JORGE GERDAU AO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL EM 10/12/2003

Jorge Gerdau é um sucesso empresarial indiscutível. Sua visão sobre gestão privada e sua capacidade de negociação foram determinantes para que o Grupo Gerdau se transformasse em referência internacional. Ouvir e refletir sobre suas opiniões pode ser um bom exercício. Como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do Governo Federal, ele tem levado às reuniões algumas propostas que deveriam ser assumidas integralmente pelos condutores da política econômica. É uma virtude privada trabalhar com metas e, sem transformá-las em mitos, direcionar o esforço empresarial na direção e no sentido de realizá-las. Por que tem de ser diferente no setor público? As metas de Jorge Gerdau, sugeridas ao Governo Federal, têm como objeto o crescimento econômico, o qual, naturalmente, resulta em aumento de trabalho, emprego e renda, investimentos sociais, ou seja, em melhoria do bem-estar social. No setor privado, o resultado esperado se traduz por lucros que dão partida ao ciclo virtuoso do reinvestimento, aumento da produção, novos empregos e... novos lucros, tudo dentro de uma moldura de racionalidade. O setor público tem sido intransigente no respeito às suas metas macroeconômicas, mas as persegue por meio de ações nem sempre providas de racionalidade, como se os fins justificassem os meios. Essa é a fonte de muitos equívocos, como aumento de carga tributária e preservação de custo financeiro exagerado, ambos inibidores do lucro e do investimento. O resultado é que as metas são alcançadas, mas os subprodutos (leia-se, custo social) são perversos: desemprego (ou manutenção de um baixo nível de emprego), precária poupança interna, compressão da renda (com aumento da concentração)... causas e efeitos da ausência de crescimento econômico, que eliminam as possibilidades de melhoria do bem-estar social, que deve ser a razão maior de qualquer sociedade, capitalista ou não. As metas sugeridas por Jorge Gerdau deveriam fazer parte do contrato de todo e qualquer gestor público. Fora delas, é a manutenção da mediocridade.

1ª META

⇒ **Poupança interna da ordem de 30% do PIB.**

Razão: É a única maneira de fazer o crescimento econômico sair dos patamares atuais. O Chile tem uma poupança próxima de 30% e a China, 40% do PIB. O País terá ainda por muitos anos um elevado contingente de jovens buscando mercado de trabalho, e isto num cenário de crescente produtividade. Para atender a essa demanda, o País necessitaria crescer no mínimo 5% a.a., devendo ter como meta o patamar de 7% a.a.

2ª META

⇒ **Superávit comercial de US\$ 25 bilhões ao ano.**

Razão: Em vez de discutir se o câmbio de aproximadamente R\$ 2,90/US\$ está alto ou baixo, deveríamos fixar o superávit comercial pretendido e implementar as medidas necessárias para o seu atingimento.

A falta dessa sinalização associada às grandes flutuações de US\$, desestimulam os investimentos empresariais destinados à exportação. Faz anos que ninguém investe somente para exportar.

3ª META

⇒ **Juro real similar aos padrões internacionais, da ordem de 2% a.a.**

Razão: Se no mundo o juro real é da ordem de 2% ao ano, não deveríamos nos satisfazer com 8 a 10% a.a. O Chile está com o risco de 80 pontos. No Brasil, ficamos felizes por ter atingido abaixo risco de 500 pontos, graças a política econômica do governo. A evolução está boa, mas temos de buscar metas mais ambiciosas.

4ª META

⇒ **Aumento de 5% ao ano na produtividade do setor público.**

Razão: O aumento expressivo da produtividade do setor público é indispensável para que se atinja as metas anteriores e o pleno potencial do desenvolvimento nacional.

O setor privado cresceu a sua produtividade em 70% a 100% nos últimos 10 anos. Quem não fez, desapareceu. É o único modo de conseguir recursos para investimentos, pois a carga tributária já passou do limite suportável.

METAS ADICIONAIS:

- ⇒ Não aumento da atual carga tributária procurando chegar ao máximo de 30%;
- ⇒ Definir o IDH que o Brasil quer chegar no ano 2010;
- ⇒ Definir índice de renda per capita nas regiões sub-desenvolvidas no Brasil.

Há dois anos (2002 e 2003) a carga tributária está pouco acima de 35%. Este é o pico assimilado pelo setor privado, desde que com viés de baixa. Todavia, os últimos movimentos no campo tributário, ao contrário, indicam viés de alta, e isso é grave. Se nada for feito na linha das metas defendidas por Jorge Gerdau (definir metas e transformá-las nos limites da moldura na qual os programas, projetos e atividades governamentais devem se enquadrar), o crescimento econômico (se acontecer) não será suficiente para absorver a mão-de-obra que anualmente chega ao mercado de trabalho.

CRESCIMENTO ECONÔMICO

O anúncio, pelo IBGE, de variação negativa de 0,2% do PIB de 2003 em relação a 2002, reascendeu as críticas em relação às políticas monetária e fiscal restritiva do primeiro ano do governo Lula, com um ingrediente a mais: tudo indica que as políticas serão ainda mais restritivas em 2004.

A economia brasileira, que saltou de 8ª economia do mundo para 11ª nos últimos anos, não deve um ano fácil, pois alguns indicadores são preocupantes: 1) o déficit público continua alto e ascendente e, em decorrência, o Brasil está pagando um conta altíssima de juros, drenados para fora do país; 2) o IBGE, que também mede o consumo das famílias, diz que em 2003 ele teve queda de 3,3%; 3) a formação bruta de capital fixo caiu 6,6% (PIB da indústria mais construção civil em 2003).

Ainda assim, fonte do governo entende que o resultado do PIB “foi menos favorável que esperávamos, mas não o suficiente para mudar nossa percepção sobre a economia”. Em outras palavras, o governo vai insistir na obtenção a qualquer custo de superávit primário de 4,25% do PIB em 2004, cerca de R\$ 71,5 bilhões, que serão utilizados para pagar juros em vez de investimentos sociais e promoção do desenvolvimento econômico. É uma opção política, como tudo na vida, mas dois anos consecutivos de PIB negativo podem ser fatais para a agenda política do PT, apesar do governo insistir na afirmação de que o PIB crescerá 3,6% em 2004, ao contrário do que pensa a maioria dos economistas que se manifestam a respeito.

Ao mesmo tempo, o governo recebe a visita do diretor-gerente do FMI, Horst Köhler que, dizendo-se impressionado com a administração de Lula, afirma que “o FMI avalia que o Brasil voltará a ter um forte crescimento ainda neste ano”. A expectativa geral é que se o agronegócio e as exportações repetirem 2003

pode-se registrar algum crescimento no PIB em 2004, mas não se deve contar com recuperação do mercado interno, pressionado pela redução da renda das famílias.

Lula fez uma boa proposta ao FMI: “os gastos em infra-estrutura deveriam ser vistos pelo fundo não como despesa mas sim como investimento”. Se aceita a tese, o compromisso com o superávit primário fica mais suave. Mas é uma alternativa de efeitos a médio e longo prazos, o que implica dizer que uma boa dose de ousadia do governo é indispensável, salvo se ele não se importar em acumular mais um ano de modesto comportamento econômico, com todas as conseqüências sociais e políticas que isso implica.

Pressionado por compromissos com o FMI, assentado em bases econômicas conservadoras, com limitada capacidade de ousar que o prendem a taxas reais de juros muito elevadas, além de bancar uma política tributária de arrocho - que estimulam a informalidade -, o governo pode chegar ao final de 2004 (50% do mandato) honrando as metas de inflação e superávit primário, mas sob o risco já mencionado de ter de pagar elevado custo político e social.

Responsabilidade Técnica:

RN & MARINI Editora e Comunicação

SCN Qd. 02, Ed. Centro Empresarial Encol, Torre B, Sala 431 CEP:70712-903

Fone: (61) 327-8690/328.8053 – Fax: (61) 326-4138

E-mail: rn.marini@terra.com.br / rn@brturbo.com / carnltda@terra.com.br